

# INDIAN LAW RESOURCE CENTER

CENTRO DE RECURSOS JURÍDICOS PARA LOS PUEBLOS INDÍGENAS

www.indianlaw.org

MAIN OFFICE  
602 North Ewing Street, Helena, Montana 59601  
(406) 449-2006 | mt@indianlaw.org



WASHINGTON OFFICE  
601 E Street, S.E., Washington, D.C. 20003  
(202) 547-2800 | dcoffice@indianlaw.org

ROBERT T. COULTER, ESQ.  
Executive Director  
JANA L. WALKER, ESQ.  
CHRISTOPHER T. FOLEY, ESQ.  
*Admitted only in PA*

ARMSTRONG A. WIGGINS  
Director, Washington Office  
LEONARDO A. CRIPPA, ESQ.  
*Admitted only in Argentina*

## Chamada para uma investigação minuciosa e medidas preventivas no Brasil

[WASHINGTON, D.C., 31 de julho de 2019] – Na semana passada, um grupo de garimpeiros fortemente armados entraram à força na aldeia Yvytotô de uma comunidade Waiãpi no Amapá, que fica ao longo da fronteira nordeste do Brasil com a Guiana Francesa. O uso da força por esse grupo de indivíduos causou que os membros da comunidade fugissem de sua aldeia para salvar suas vidas. Emyra Waiãpi, o líder de 68 anos do povo Waiãpi, foi encontrado morto com marcas de facada em seu corpo em um rio próximo. Indian Law Resource Center condena esta invasão e ataque, e insta o governo do Brasil a investigar e adotar medidas urgentes para proteger a esta comunidade e a outras comunidades indígenas na Amazônia.

Este incidente não é isolado. Pelo contrário, isso faz parte duma crise que está subindo rapidamente na floresta amazônica brasileira, onde tanto o desmatamento quanto os ataques aos povos indígenas que vivem em terras legalmente protegidas estão acelerando-se. Segundo a Coordenação de Povos Indígenas Organizações da Amazônia Brasileira (COIAB), as terras Waiãpi são terras indígenas legalmente demarcada e titulada desde a década de 1990. Ou seja, o povo Waiãpi é o proprietário legal de tais terras, não os invasores.

Uma investigação independente e imparcial de todas as alegações que cercam este incidente deve ser realizada de forma rápida e eficaz. Os fatos devem ser claramente determinados e os perpetradores devem ser identificados e punidos de acordo com a lei. Uma atenção especial deve ser dada ao testemunho do povo Waiãpi também. A falha em fazê-lo prejudicará a reputação do Brasil na comunidade internacional e perante os tribunais e órgãos internacionais, especialmente daqueles que supervisionam o cumprimento das obrigações de direitos humanos e de direito ambiental decorrentes de tratados ratificados pelo Brasil.

Indian Law Resource Center pede ao governo brasileiro que tome medidas efetivas para prevenir incidentes e crimes semelhantes, assegure o retorno seguro do povo Waiãpi às suas terras legalmente protegidas e realiza uma investigação completa de todas as alegações. Vamos acompanhar de perto essa situação com COIAB, nossa organização parceira, e pedimos ajuda e apoio de todos para proteger e defender as comunidades indígenas da Amazônia, bem como a própria Floresta Amazônica.